

Brasília/DF, 24 de março de 2022.

NOTA TÉCNICA

BENEFÍCIOS EVENTUAIS

ÁREA: Assistência Social, Jurídico, Trânsito e Mobilidade e Habitação

Referências:

Portaria Secretaria Nacional de Assistência Social 58/2020;

Portaria Secretaria Nacional de Assistência Social 146/2020;

Decreto 6.307/ 2007;

Lei Orgânica da Assistência Social 8.742/1993.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Assistência Social. 2. Benefícios eventuais. 3. Provisões. 4. Loas

Aspectos gerais

Os benefícios eventuais são provisões suplementares e de caráter temporário/provisório, estabelecidas pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), que integram as seguranças afiançadas pela Política de Assistência Social e são ofertados pelos Municípios aos cidadãos e às suas famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, ou outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

A situação de **vulnerabilidade temporária** caracteriza-se por situação de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer da falta de acesso a condições e meios para suprir necessidades básicas, tanto do solicitante quanto da sua família, como alimentação; há ainda falta de acesso à documentação e ao domicílio; entende-se também por situação de risco e perda a condição de abandono ou a impossibilidade de garantir abrigo aos filhos, bem como a ruptura de vínculos familiares, a presença de violência física ou psicológica na família ou as situações de ameaça à vida.

Em relação à situação de calamidade pública (decretada pelos Entes), essa é compreendida como situação que causa perdas, riscos e danos à integridade pessoal e familiar, razão pela qual demanda respostas imediatas do poder público como a prestação de benefícios eventuais.

É fundamental compreender que Benefício Eventual é uma garantia afiançada pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas), que deve ser regulada no Município, por meio de lei e resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, geralmente por iniciativa do gestor municipal de Assistência Social, portanto os seus beneficiários também são usuários dos serviços socioassistenciais no município. A Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) dispõe da provisão de apoio na forma de benefício, seja financeiro ou material às pessoas que vivenciam situações extremas dentro do seu contexto.

Segundo a Loas, os Municípios e o Distrito Federal são responsáveis pela provisão dos benefícios eventuais, o que significa regulamentar, destinar recursos e realizar o pagamento, assim como disponibilizar uma estrutura de atendimento aos beneficiários, preferencialmente integrada aos demais serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social prestados no local de moradia dos beneficiários.

Os benefícios eventuais só se aplicam a situações pertinentes à política de assistência social. Por isso, não integram e não provêm benefícios relacionados a programas, projetos, serviços do campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação e das demais políticas setoriais.

Cabe destacar que a oferta de benefícios eventuais não pode ser feita por entidades, mesmo inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social.

DESTAQUE!

Alguns dos **princípios** dos benefícios eventuais: integração à rede de serviços socioassistenciais; proibição de subordinação a contribuições prévias e de vinculação a contrapartidas; adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (Pnas), regulamentados localmente; ampla divulgação dos critérios para a sua concessão; e principalmente desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a política de assistência social.

Qualquer pessoa e familiares, sejam brasileiros ou estrangeiros, que estejam no território brasileiro e vivenciem situação de risco devem ter acesso à política de assistência social para garantir sua sobrevivência e de seus familiares.

Atribuições e responsabilidades dos Entes federados acerca dos benefícios eventuais:

Quadro 1 – Responsabilidades dos Entes

União	Estado	Municípios e Distrito Federal
Define e elabora normas, a fim de orientar e assessorar Estados e Municípios acerca de benefícios eventuais. Seu fundamento legal encontra-se disposto no art. 12 da LOAS.	Cabe aos Estados prestar apoio técnico e a destinação de recursos financeiros aos Municípios a título de cofinanciamento mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos de Assistência Social. Seu fundamento encontra-se disposto no art. 13 da Loas.	São os responsáveis por destinar recursos financeiros para custear o pagamento dos benefícios eventuais, além de regulamentar e executar sua oferta. Seu fundamento encontra-se disposto no art. 14 da LOAS.

Fonte: Área de Assistência Social – CNM.

Veja a seguir as modalidades de benefícios eventuais.

Nascimento: atende necessidades do bebê que vai nascer; caso de bebê que nasce morto ou morre logo após o nascimento; e apoio à família em caso de morte da mãe;

Morte: é voltado para suprir a família nas ocasiões relacionadas ao falecimento de algum de seus membros. Nos casos de morte, o Município pode definir diferentes aspectos a serem garantidos por meio deste benefício, mas deve atender preferencialmente as despesas de urna funerária e velório, além das necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus membros.

Cabe à Assistência Social a oferta de benefício eventual por situação de morte apenas quando o serviço funerário não é garantido de forma gratuita e quando as famílias não possuem meios para garantir o sepultamento, podendo ser ofertado em pecúnia, por uma

única parcela ou mais, em bens de consumo, ou com a prestação de serviços. Existe ainda a possibilidade de ressarcimento, no caso de perdas e danos causados pelo não acesso ao benefício eventual quando ele se fez necessário.

Calamidade pública: serve para o atendimento das vítimas de calamidade pública, de modo a garantir a sobrevivência e a reconstrução da autonomia destas. O benefício eventual deve ser concedido na forma de pecúnia e/ou bens de consumo, em caráter provisório, seu valor deve ser fixado de acordo com o grau de complexidade do atendimento de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos atingidos e/ou afetados;

Vulnerabilidade temporária: envolve acontecimentos do cotidiano e pode se apresentar de diferentes formas, caracterizando-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, além de decorrer da falta de acesso a condições e meios para suprir a necessidade social, principalmente a de alimentação, a falta de documentação, domicílio e situação de abandono ou impossibilidade de garantir abrigo aos filhos.

Os benefícios eventuais de vulnerabilidade temporária possuem aspectos diferentes em relação aos outros, pois são subdivididos em três modalidades, sendo elas:

Modalidade documentação: como uma documentação básica é um direito garantido por leis específicas, é facultado à Política de Assistência Social atuar na articulação para o acesso à documentação civil básica em atenção à Vigilância Socioassistencial que tem um dos papeis fundamentais de incidir nas situações de violação de direitos em determinados territórios. É signficante que a Vigilância Socioassistencial faça levantamentos sobre o acesso à documentação básica, de forma a prevenir desproteções sociais.

Modalidade alimentação: a falta ou a ausência de alimentos é suprida pela concessão de kits nutricionais e cestas de alimentos, considerados pela Assistência Social como bens de consumo. Com o intuito de garantir segurança social e autonomia aos usuários, alguns Municípios ofertam o benefício na forma de pecúnia, destacando que a alimentação é um dos princípios estruturantes da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

Modalidade domicílio: os riscos de perdas e danos decorrentes da ausência de domicílio estão previstos no Decreto 6.307/2007, sendo ofertados pela Assistência Social na forma de

aluguel social/temporário; auxílio-moradia; benefício por desabrigoamento; dentre outras denominações dos Municípios. O Decreto também define algumas situações para o acesso ao benefício.

Os benefícios eventuais são ofertados nos Municípios e no Distrito Federal nas unidades de Assistência Social, sendo elas: Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).

Benefícios eventuais devem ser ofertados de forma integrada com os serviços da política de Assistência Social.

ATENÇÃO!

A equipe técnica responsável pela provisão dos benefícios eventuais é quem deve avaliar a forma mais adequada da prestação do benefício, conforme regulamento local (lei municipal); não há indicação de atribuição privativa de categoria profissional para realizar a provisão, não sendo necessário instrumental privativo como o parecer social, para justificar sua provisão.

Benefícios eventuais e sua interface com doações

A Portaria 146/2020 discorre sobre o posicionamento da Secretaria Nacional de Assistência Social (Snas) acerca das ofertas em relação aos benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social e sua interface com doações. A principal referência para o entendimento da referida portaria é a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). A regulamentação traz alguns aspectos acerca do que se constitui doação e benefícios eventuais.

Os benefícios eventuais são constituídos por direitos que estão previstos nas normativas do Suas e possuem regulamentações específicas do Município. Já doações não são consideradas despesas públicas. De acordo com a Portaria 146/2020 doações são ações pontuais e dependem de iniciativas voluntárias.

A oferta de doações pode ser considerada necessária em casos específicos, ou seja, quando o Município decreta situação de emergência e/ou estado de calamidade pública em decorrência de desastres.

Salienta-se que em situações de emergência e/ou estado de calamidade pública, as doações podem ser recebidas e armazenadas em qualquer espaço, desde que não seja nos equipamentos públicos da Assistência Social, pois não se configura como oferta de serviço, programa e/ou projeto.

Ressalta-se que o Estado é responsável por garantir proteção social às pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, e é nesse contexto que os benefícios eventuais são integrados.

A provisão do benefício eventual em ano eleitoral está inserida no campo do direito, na Lei 9.504/1997, Lei das Eleições, a qual dispõe, em seu art. 73, § 10, que:

São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: [...] § 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. (Incluído pela Lei 11.300/ 2006).

Benefícios eventuais no contexto de enfrentamento aos impactos da pandemia da Covid-19

Segundo a Portaria 58/2020, que dispõe de orientações em relação às provisões no contexto de situações de calamidade, os benefícios eventuais devem seguir o disposto na Portaria 337/2020, que corresponde às medidas de enfrentamento adotadas para prevenir e regular os riscos de transmissão.

A Portaria 337/2020 destaca a importância do trabalho entre as duas políticas mais demandadas neste contexto de pandemia, a Assistência e a Saúde, com vistas a promover ações integradas. Ressalta-se que, no âmbito do Suas, as ações devem ser articuladas em conjunto e em atenção ao que se refere às regulamentações publicadas a fim de orientar os gestores e técnicos.

Nos casos em que Municípios decretaram situação de calamidade pública, respaldado pela Lei 8.666/1993, o órgão gestor do Município poderá gastar mais do que o previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) para prover as ações de combate à pandemia. A lei traz, em seu inc. IV, o prazo de 180 dias consecutivos para o pagamento das parcelas referentes às provisões de emergência ou calamidade.

Regulamentação

Alguns Municípios possuem benefícios eventuais normatizados e regulamentados, no entanto nem todos estão em consonância com as legislações do Suas. Para isto, deve-se observar aspectos importantes:

- regulamentação de acordo com as normativas e orientações do Suas e prever a oferta na situação de calamidade;
- deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social quanto aos critérios e aos prazos para acesso aos benefícios eventuais;
- a regulamentação local deve considerar possível a ampliação do prazo para recebimento do benefício eventual pelos usuários e os prazos adotados na oferta dos benefícios eventuais devem ser entendidos como uma referência e não como um impeditivo para a manutenção do benefício;
- formalização de fluxos entre as gestões das políticas públicas locais e a equipe;
- a ausência de endereço fixo e permanente não deve ser impeditivo para acesso ao benefício eventual. É necessário observar as especificidades de povos, comunidades tradicionais e grupos específicos presentes em seu território e considerar as diversas

formas de habitação utilizadas, por exemplo, por pessoas em situação de rua, pessoas desabrigadas;

- critérios devem estar em conformidade com as diretrizes e princípios do Suas.

Os benefícios eventuais são financiados pelos Municípios, Distrito Federal e cofinanciados pelos Estados. De acordo com o art. 12 da Loas, a União tem a atribuição legal de definir e elaborar normas gerais, orientar e assessorar Estados e Municípios acerca de benefícios eventuais, no entanto não define como competência da União o repasse de recurso financeiro para custear esses benefícios.

As responsabilidades de aprovar os critérios de partilha dos benefícios eventuais são facultadas aos Conselhos Municipais de Assistência Social e são pactuadas no âmbito dos Estados e Municípios nas Comissões Intergestores Bipartite (CIB) e suas deliberações feitas pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

São nas instâncias de pactuação do Suas que as deliberações de aprimoramento da gestão são discutidas e pactuadas, preconizando o pacto federativo junto aos três Entes da Federação.

Benefícios eventuais e transporte

O acesso ao transporte é previsto no art. 6º da Constituição Federal como direito social ([Emenda Constitucional 90/2015](#)). A regulamentação desse direito não ocorreu e ainda é um pleito do movimento municipalista desde então, já que o acesso a outros direitos perpassa pelo transporte público.

O direito à cidade e a redução das desigualdades também são impactados pela forma como se acessa a cidade e seus equipamentos públicos, ou como se dá a convivência nos espaços compartilhados. As competências em relação à prestação do serviço de transporte público coletivo devem ser observadas sob a responsabilidade de cada Ente, conforme quadro a seguir:

Quadro 2 – Responsabilidades dos Entes

União	Estados e Distrito Federal	Municípios
<p>Instituir diretrizes de transportes urbanos (art. 21, inc. XX, CF, 1988), além da competência de legislar sobre o trânsito e transporte e as diretrizes da Política Nacional de Transportes. (art. 22, CF).</p> <p>Compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão aos serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos e fronteiras, ou que transponham Estados ou Territórios; e os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros (art. 21, XII, CF).</p>	<p>Prestar diretamente, ou mediante regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse estadual, metropolitano ou microrregional, incluindo o de transporte coletivo. Cabe ao Estado legislar sobre transporte intermunicipal, desde que não colida com a União e os Municípios. (art. 25, CF).</p>	<p>Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, incluindo a organização e a prestação dos serviços públicos de transporte coletivo, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão. (art. 30, inc. V, CF).</p>

Fonte: Área de Mobilidade e Trânsito – CNM.

Não há previsão normativa explícita no Decreto 6.307/2007, que regulamenta o benefício eventual, sobre a oferta deste para atender situações relativas à mobilidade. No entanto, esta oferta pode ser realizada quando identificada a situação de vulnerabilidade temporária. Sua concessão pode ocorrer na perspectiva de promoção da segurança de convívio familiar e comunitário.

Os benefícios eventuais, na forma de auxílio-transporte, podem ser integrados aos serviços e programas disponíveis na Política de Assistência Social no Município, e compete ao mesmo legislar sobre assuntos de interesse local e regras sobre o transporte coletivo de passageiros intramunicipal. No caso do benefício para o transporte intermunicipal ou metropolitano, cabe ao Estado e, no caso do transporte interestadual e internacional, compete à União.

Cabe destacar, que se a distribuição do benefício for realizada por meio de um equipamento da Assistência Social, é necessário que a operacionalização seja prevista na regulamentação ou concessão do serviço de transporte, já que o financiamento do sistema, em grande parte, é custeado pelas tarifas pagas pelos usuários.

Sendo assim, a Política de Assistência Social pode conceder acesso a passagens, por exemplo, nas seguintes situações:

- para retorno de indivíduo ou família à cidade natal;
- para atender situações de migração;
- a indivíduos que precisam fazer entrevista de emprego;
- visita familiar a membro que esteja preso.

Segundo a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.568/2012), caso o poder público opte pela adoção de subsídio tarifário ou benefício, o déficit originado deverá ser coberto por receitas extratarifárias/alternativas, subsídios orçamentários/cruzados intrasetoriais e intersetoriais provenientes de outras categorias de beneficiários dos serviços de transporte, dentre outras fontes, instituídos pelo poder público delegante.

O benefício permanente ou temporário garante o acesso ao transporte público de grupos mais vulneráveis, mas é preciso avaliar e definir a política pública responsável pela provisão, não cabendo à Assistência Social esse objetivo. Ademais, é necessário definir a fonte de recurso e o impacto no sistema de transporte, já que a previsão da gratuidade sem a previsão de fonte de recursos pode impactar o valor das tarifas, demandando o reequilíbrio dos contratos de concessão, se for o caso.

Atualmente, a gratuidade (ou meia tarifa) para estudantes, policiais, deficientes, gestantes, carteiros e algumas categorias especiais é assegurada pela Constituição Federal (1988), mas necessita de regulamentação local. A Lei 12.852/2013 e a Lei 12.933/2013, garante o benefício da meia-entrada para eventos artístico-culturais e esportivos a jovens de baixa renda no transporte interestadual.

No caso dos idosos, a gratuidade é prevista pela Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), mas a extensão do benefício ou previsão de benefícios eventuais cabem às legislações estaduais e municipais. Assim, a idade mínima pode variar entre 60 e 65 anos, já que o Estatuto estabelece a obrigatoriedade a partir dos 65 anos, mas a decisão sobre incluir ou não os com mais de 60 anos é de competência do órgão público responsável pelo transporte público.

Existem alguns debates ocorrendo em câmaras legislativas estaduais e municipais, quanto ao benefício eventual, mas em muitos casos a proposição é barrada em virtude da ausência de fonte de recurso para custeio ou o risco de aumento da tarifa em virtude do benefício e por não constar nas diretrizes do Suas. Em alguns casos, existem acordos de cooperação entre o órgão de transporte e o Tribunal de Justiça do Estado para garantir benefícios a pessoas privadas de liberdade e seus familiares, por exemplo.

O transporte necessita de uma política regulada e de um sistema de financiamento tripartite, já que os subsídios ao transporte individual e à infraestrutura são custeados por toda a população, mas o transporte público é custeado apenas pelo usuário. A ampliação das fontes de financiamento do transporte público deve considerar a participação da União e dos Estados; é necessária, portanto, uma política nacional de financiamento para garantir não apenas os benefícios previstos em normativas, mas também a implantação dos benefícios citados na Política de Assistência Social.

A CNM acompanha uma proposta legislativa que cria o Programa Vale Transporte Social, definido pelo Projeto de Lei 4.489/2021, o qual prevê o benefício de aproximadamente 44 viagens mensais, para garantir o acesso da população ao transporte público. Os beneficiários precisam estar cadastrados em programas sociais, como o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), ou registrados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Previdência.

Benefícios eventuais e habitação

O acesso a recursos financeiros para construção, melhorias (reformas) ou regularização fundiária vinculado a programas federais de moradia é exclusividade do Ministério do Desenvolvimento Regional, responsável pela formulação da Política Nacional de Habitação. Diante disso, não cabe a qualquer outra política ou sistema federal a provisão de moradia para a população de menor renda no país compreendida como novas construções, reformas e urbanização de favelas.

Os programas habitacionais federais vigentes não preveem nenhuma forma de auxílio emergencial, temporário ou eventual que implique repasse financeiro diretamente à população vulnerável ou ao Ente municipal.

Em situações de vulnerabilidade social ou risco que os diagnósticos técnicos sinalizem a necessidade de uma nova moradia, melhorias habitacionais (reformas), ou urbanização (infraestrutura), cabe ao poder público manter atualizado o perfil socioeconômico da população de menor renda, levantar as condições legais e administrativas das áreas, dimensionar a qualidade, oferta e as necessidades habitacionais, por exemplo, famílias que precisam de novas moradias, famílias que vivem em moradias inadequadas e necessitam de melhorias (reformas), por exemplo: banheiro, telhado, novos cômodos.

Os Municípios, para participarem de programas federais com a finalidade de atender as necessidades habitacionais da população de menor renda, deverão realizar a inscrição das famílias no Cadastro Único, mapear as necessidades habitacionais e atender as normas específicas dos programas habitacionais para o processo de sorteio ou seleção.

Em casos de desastres em decorrência de eventos climáticos extremos em que as famílias tiveram seu único imóvel afetado, o poder local pode acionar o órgão federal para assegurar a provisão de novas moradias ou reformas; os procedimentos são estabelecidos de forma conjunta entre os departamentos de Habitação e Defesa Civil nacionais, desde que reconhecida a situação de emergência ou estado de calamidade pública pela União.

Assim sendo, cabe destacar que no âmbito da Assistência Social temos o aluguel social, ou a moradia social que se enquadra na situação de vulnerabilidade temporária. O aluguel social não pode ser confundido com uma política pública de caráter permanente, considerando que são situações temporárias.

Instrumentos e ferramentas para oferta de benefícios eventuais

A Assistência Social dispõe de instrumentos e ferramentas para a oferta de benefícios socioassistenciais, instrumentos estes que são utilizados no âmbito da gestão da política. Estes instrumentos proporcionam condições para o aprimoramento da gestão, tais como:

- **Planejamento:** utilizado e materializado nos Planos de Assistência Social. O planejamento é necessário para organização da oferta de benefícios, projetos e programas;
- **Plano de Assistência Social:** o instrumento é utilizado para nortear as ações e execuções da Política de Assistência Social. É fundamental e imprescindível a elaboração do Pas, tendo em vista que é um dos requisitos para o recebimento de transferências fundo a fundo;
- **Diagnóstico socioterritorial:** é feito e utilizado como complemento do planejamento; é por meio dele que se tem conhecimento das demandas locais do território, sendo ele um dos maiores objetivos da Vigilância Socioassistencial;
- **Censo Suas:** é um método utilizado para gerar dados e informações para o monitoramento dos serviços, programas e projetos da Assistência Social conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Podendo contribuir com a identificação da demanda considerando suas especificidades.

Reordenamento de benefícios eventuais

O Cnas aprovou a Resolução 39/2010 que dispõe acerca do reordenamento dos benefícios eventuais. A discussão foi feita juntamente com o Conselho Nacional de Saúde (CNS) em resultado de um grupo de trabalho que proporcionou debates acerca do reordenamento de atribuições da Política de Saúde e Assistência Social.

Segundo a resolução, não são provisões da Assistência Social:

- órteses e próteses, aparelhos ortopédicos, dentaduras, cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, medicamentos, pagamento de exames

médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do Município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis.

O reordenamento foi tratado no âmbito dos três Entes em razão da articulação feita pelos dois Conselhos deliberativos de instância superior. Também foi considerada a recomendação de normativas da Política de Saúde, a fim de observar as provisões acima descritas.

A recomendação do Cnas é de fortalecer as instâncias de pactuação, no intuito de promover intersetorialidade e transversalidade entre as políticas públicas para que sejam observadas atribuições e responsabilidades legais no âmbito de cada política.

Assistência Social – CNM

a.social@cnm.org.br

(61) 2101-6054/ 6055

Área Técnica Jurídica – CNM

juridico@cnm.org.br

(61) 2101-6613

Trânsito e mobilidade – CNM

transito@cnm.org.br

(61) 2101-6031

Planejamento territorial e habitação – CNM

habitacao@cnm.org.br

(61) 2101-6039

Referência

BRASIL. *Portaria 58, de 15 de abril de 2020*. Aprova a Nota Técnica 20/2020, que traz orientações gerais acerca da regulamentação, gestão e oferta de benefícios eventuais no contexto de enfrentamento aos impactos da pandemia da Covid-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-58-de-15-de-abril-de-2020-252722843>. Acesso em: 4 jan. 2022.

BRASIL. Portaria 146/ 2020. *Aprova Nota Técnica que manifesta posicionamento da Secretaria Nacional de Assistência Social sobre as ofertas de benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social e sua interface com doações*. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-146-de-9-de-novembro-de-2020-287241285>. Acesso em: 4 jan. 2022.

BRASIL. Lei 12.852/ 2013. *Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 19 jan. 2022.

BRASIL. Lei 12.933/ 2013. *Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12933.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Lei 9.504/1997. *Estabelece normas para as eleições*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. Lei 10.741/2003. *Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Decreto 6.307/2007. *Dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei 8.742/1993*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6307.htm. Acesso em: 4 jan. 2022.

BRASIL. Resolução 39/2010. *Dispõe sobre o processo de reordenamento dos benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde*. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/relatorio/resolucao_cnas_39.pdf. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL. Lei 9.504/1997. *Estabelece normas para as eleições*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 3 mar. 2022.

Benefícios eventuais no Suas. *Orientações técnicas Documento sob consulta pública.* Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/Benef%C3%ADcios%20Eventuais%20no%20SUAS.pdf. Acesso em: 4 jan. 2022.

Benefícios eventuais no Suas. *Perguntas frequentes.* Disponível em: http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2021/12/Perguntas-frequentes_Beneficios_Eventuais_SUAS-2.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

Trânsito e mobilidade. *Proposta que institui o Programa Vale Transporte Social é apresentada na Câmara.* Agência CNM de Notícias. Brasília, 21 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/proposta-que-institui-o-programa-vale-transporte-social-e-apresentada-na-camara>. Acesso em: 21 jan. 2022.